



Número 280
Dezembro de 2023

**POR QUE OS SETORES DE ENERGIA
ELÉTRICA, GÁS E SANEAMENTO DEVEM
PERMANECER SOB CONTROLE ESTATAL EM
MINAS GERAIS**

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

POR QUE OS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E SANEAMENTO DEVEM PERMANECER SOB CONTROLE ESTATAL EM MINAS GERAIS

Introdução

Este texto trata da importância das empresas Cemig¹, Gasmig² e Copasa³, diante dos desafios atuais e futuros do estado de Minas Gerais e das necessidades do povo mineiro. A manutenção dessas empresas sob controle estatal – como se verá ao longo deste estudo - é essencial para garantir o desenvolvimento socioeconômico do estado, para enfrentar as mudanças climáticas e promover uma transição energética justa, inclusive sob o ponto de vista territorial.

A Cemig é uma das maiores empresas integradas de energia elétrica da América Latina. Ao final de 2022, contava com 60 usinas hidrelétricas, pequenas usinas e centrais geradoras hidrelétricas, duas plantas fotovoltaicas e sete complexos eólicos, totalizando uma capacidade instalada de 5,6 Giga Watts (GW). Sua rede de transmissão possui cinco mil quilômetros e conta com 40 subestações estrategicamente distribuídas na sua área de atuação. No segmento de distribuição, a área de concessão da companhia alcança 774 municípios, que equivalem a 567.478 km², cerca de 97% do território mineiro, com 565 mil quilômetros de redes e linhas de distribuição, atendendo a nove milhões de unidades consumidoras⁴.

A Cemig também controla a estatal Gasmig, com 99,57% de suas ações. A Gasmig, com mais de 1,5 mil km de rede instalada, fornece gás natural para residências, empresas de serviço e comércio, indústrias e automóveis e atua na cogeração de energia elétrica.

¹ Companhia Energética de Minas Gerais.

² Companhia de Gás de Minas Gerais.

³ Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

⁴ Relatório de Sustentabilidade da Cemig (2022).

A Copasa, em conjunto com sua subsidiária integral Copanor⁵, por sua vez, está presente em 75% dos 853 municípios do estado de Minas Gerais, com 640 concessões de água e 309 de esgoto. A empresa fornece água tratada para cerca de 11,8 milhões de habitantes e presta serviço sanitário para 8,5 milhões deles⁶. Sua atuação é fundamental para a cogestão da “caixa d’água” do país, como é conhecido o estado de Minas Gerais, em consonância com a busca incessante pela universalização dos serviços de saneamento básico.

O papel das empresas estatais como impulsionadoras do desenvolvimento do estado de Minas Gerais e os desafios para o futuro

O estado de Minas Gerais é o segundo mais populoso do país, com cerca de 20 milhões de habitantes. Possui uma extensão territorial de quase 587 mil quilômetros quadrados e 853 municípios, distribuídos em 10 Regiões de Planejamento.

A diversidade entre as regiões de Minas é marcante em termos físicos – clima, vegetação, relevo – e socioeconômicos – atividade econômica, educação, emprego, renda, acesso a bens e serviços essenciais.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷, importante indicador que sintetiza as condições de vida da população, aumentou continuamente em Minas Gerais, desde o primeiro ano de sua divulgação (1991), até o final da última década. De 2015 a 2019, o IDH mineiro passou de 0,774 para 0,793. Em 2021, entretanto, o IDH retornou para 0,774, mesmo patamar de 2015. Embora esse IDH seja considerado “alto” - mesmo com a queda observada a partir de 2019 -, a média estadual esconde enormes disparidades regionais.

⁵ A Copanor – Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A foi criada em 2007 e atende localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jurucuçu.

⁶ Relatório de Sustentabilidade da Copasa (2022).

⁷ O IDH é calculado por PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento) e Fundação João Pinheiro (do governo do estado de Minas Gerais), a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IDH varia de 0,000 a 1,000. Quanto mais próximo de 1,000, maior o desenvolvimento humano de uma localidade. Considera-se: “muito baixo” – entre 0,000 e 0,500; “baixo” – entre 0,500 e 0,599; “médio” – entre 0,600 e 0,699; “alto” – entre 0,700 e 0,799; e “muito alto” – entre 0,800 e 1,000.

O IDH Municipal (IDH-M) - que utiliza dados do Censo Demográfico do IBGE e está disponível para o ano 2010⁸ - revela essas desigualdades entre os municípios mineiros. A média estadual é alta, porque é puxada pelas melhores condições de vida observadas em cerca de 70 cidades, em geral aquelas com maior população. No estado, apenas duas cidades, Nova Lima e Belo Horizonte, foram classificadas com IDH-M “muito alto”. Em 226 municípios, o índice foi considerado “alto” e a grande maioria, 552 municípios, alcançou IDH “médio”. Nesse ano, 73 municípios mineiros tiveram o Índice de Desenvolvimento Humano considerado “baixo”.

Os dados indicam que os desafios relacionados à melhoria das condições de vida da população e à redução das desigualdades no estado ainda são muito grandes. As empresas estatais mineiras são amplamente reconhecidas por desempenharem um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado, nesse contexto de enorme diversidade e de disparidades regionais. A necessidade de se garantir soberania e condições de vida dignas para a população atual e para as próximas gerações de mineiros mostra a importância estratégica da atuação da Cemig, da Gasmig e da Copasa, sob a ótica do interesse público.

Em 2022, a atuação da Cemig foi reconhecida pela Associação Mineira de Municípios (AMM), pelas iniciativas voltadas para o fortalecimento e o desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais⁹. Os investimentos previstos para os próximos anos em geração, transmissão e distribuição de energia, geração distribuída e comercialização de gás, com foco na modernização da rede, deverão induzir o desenvolvimento econômico do estado. Estão previstas, entre outras ações, o atendimento de todos os municípios com dupla alimentação em média tensão, a implantação de medidores inteligentes, a construção de 3.100 km de novas linhas de alta tensão, a construção de 200 novas subestações de energia elétrica em todas as regiões do estado e a conversão de 30 mil quilômetros de redes monofásicas em redes trifásicas, garantindo a energia necessária para novos empreendimentos e gerando melhores condições de produção para os produtores rurais e para o agronegócio¹⁰.

⁸ Ainda não há dados disponíveis com base no novo Censo Demográfico de 2022.

⁹ CEMIG, 2022. “Atuação da Cemig para o desenvolvimento dos municípios mineiros é reconhecida pela AMM”. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/release/atuacao-da-cemig-para-o-desenvolvimento-dos-municipios-mineiros-e-reconhecida-pela-amm/>

¹⁰ CEMIG, 2021. “Cemig investe mais de R\$22,5 bilhões para impulsionar o desenvolvimento econômico em Minas”. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/noticia/cemig-investe-mais-de-r-225-bilhoes-para-impulsionar-o-desenvolvimento-economico-em-minas/>

No setor de saneamento, a Copasa destaca-se, em relação à média nacional, no fornecimento de água tratada e coleta de esgoto. Segundo o Relatório de Sustentabilidade da empresa (2022), 99,8% dos imóveis em sua área de atuação têm acesso a água tratada, superando a exigência de 99% estabelecida pelo Marco Legal do Saneamento para 2033; 90,8% têm coleta de esgoto; e 72,1% têm infraestrutura completa para tratamento do esgoto coletado, enquanto, no Brasil, este percentual está em 55%¹¹.

No que diz respeito ao enfrentamento das mudanças climáticas e à transição energética para uma economia de baixo carbono, o interesse público que norteia essas empresas é determinante. Principalmente porque é necessário conjugar as políticas para o desenvolvimento sustentável, com a redução das desigualdades regionais.

O conceito de *transição energética justa* existe desde a década de 1980 e ganhou importância e popularidade recentemente, em função da urgência da crise climática. Na sua origem, o conceito implica garantir os benefícios da transição energética para todas as partes envolvidas, tornando a economia o mais justa e inclusiva possível, sem deixar ninguém para trás. Diante da extensão, da complexidade e das diferenças presentes no território mineiro, o conceito de transição justa deve ser formulado acrescentando-se a dimensão territorial: neste processo, nenhuma região e nenhum município podem ser deixados para trás.

O controle estatal das usinas hidrelétricas ganha cada vez mais relevância no contexto da transição energética, pois garante a segurança do abastecimento de energia elétrica diante da presença cada vez maior das fontes de energia intermitentes (sobretudo a solar, no caso mineiro).

Nesse ambiente de geração mais diversificada, as linhas de transmissão também têm papel essencial na garantia do abastecimento de energia de fontes renováveis. Já a presença do setor de distribuição da Cemig em quase todo o estado, principalmente nas regiões com menos recursos, contribui para o desenvolvimento das atividades econômicas locais e para a redução da desigualdade no acesso à energia elétrica.

O gás natural, fornecido pela Gasmig, é uma fonte de energia versátil e abundante, considerada uma opção mais limpa em comparação com outras fontes de energia fóssil, como

¹¹Relatório de Sustentabilidade da Copasa (2022).

o carvão e o petróleo. A posse de recursos de gás natural ajuda a garantir a autonomia energética, reduzindo a dependência de fontes externas e aumentando a segurança do fornecimento de energia no contexto de crescimento da participação das fontes intermitentes.

Por sua vez, a Copasa desenvolve ações de interesse público fundamentais para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas mineiras. O programa Pró-Mananciais é uma das iniciativas que cumprem esse objetivo, envolvendo a participação dos poderes públicos municipais e de entidades locais na mobilização da comunidade, diagnóstico, planejamento e acompanhamento das ações. O programa inclui plantio de árvores e proteção de Área de Preservação Permanente (APP), recuperação e preservação de áreas degradadas e mananciais, construção de “barraginhas” de infiltração de água pluvial, entre outras medidas, que contribuem para a prevenção da erosão do solo e aumento de disponibilidade de água para as regiões¹².

O compromisso da Copasa com essas ações é fundamental, uma vez que o aumento da temperatura média pode agravar problemas sanitários, aumentar a evaporação da água, aumentando a necessidade de manutenção das fontes de captação.

Cemig e Copasa, enquanto empresas estatais e justamente por essa condição, são referências internacionais em questão de sustentabilidade. Entre vários outros reconhecimentos internacionais, pode-se destacar que a Cemig é a única empresa do setor elétrico das Américas a ser listada no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI 2021/2022)¹³, enquanto a Copasa foi reconhecida recentemente pela plataforma CDP (*Carbon Disclosure Project*), pelo engajamento no enfrentamento do aquecimento global, conferindo à estatal uma nota à frente da média regional apurada na América Latina, entre empresas concessionárias de serviços públicos¹⁴.

¹²Relatório de Sustentabilidade da Copasa (2022).

¹³Relatório de Sustentabilidade da Cemig (2022).

¹⁴Relatório de Sustentabilidade da Copasa (2022).

A diferença entre o interesse público e a lógica privada

As iniciativas das estatais mineiras direcionadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento socioeconômico do estado dificilmente seriam implementadas da mesma forma pelo setor privado. Por mais que o discurso e as ações relacionadas à sustentabilidade façam parte das exigências colocadas para as empresas privadas hoje em dia, não se pode esperar delas o mesmo compromisso com as diversas regiões, em sua diversidade, e com as demandas dos municípios atendidos, na medida em que isso é conflitante com a lógica da obtenção de ganhos no curto prazo, própria da iniciativa privada.

O caso da privatização do saneamento no Estado do Tocantins é bastante esclarecedor quanto aos interesses que norteiam o setor privado e à sua potencial incompatibilidade com as necessidades da população. A Saneatins foi a primeira empresa estadual a ser privatizada no país, ainda no final da década de 1990. Ela foi vendida para o Grupo Odebrecht e posteriormente adquirida pela BRK Ambiental, empresa que atualmente pertence ao Grupo Brookfield, uma multinacional canadense que possui ativos em diversos setores e países¹⁵. Em 2010, o modelo privado se tornou insustentável e o estado teve que reassumir, em 2013, os serviços em 78 dos 139 municípios, incluindo 300 mil moradores das áreas rurais, com a criação de uma autarquia denominada Agência Tocantinense de Saneamento (ATS). Já a Odebrecht (hoje BRK), ficou responsável por 47 cidades, entre as mais populosas e lucrativas¹⁶. Os municípios atendidos pela BRK têm, atualmente, uma média populacional de 25 mil habitantes¹⁷, enquanto os municípios menores – atualmente 44, com média de 3.240 habitantes – são atendidos pela agência estatal¹⁸. Vinte anos após a Saneatins ser privatizada, 70% da população do Tocantins viviam sem saneamento básico¹⁹. A mega corporação privada ficou com a parte lucrativa, sem

¹⁵ Portal G1, 2018. “Quem é a Brookfield, a empresa canadense que investiu quase R\$27 bilhões no Brasil em 5 anos”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/quem-e-a-brookfield-a-empresa-canadense-que-investiu-quase-r-27-bilhoes-no-brasil-em-5-anos.ghtml>

¹⁶ UOL, 2020. “Com saneamento privado, Manaus e Tocantins estão abaixo da média nacional”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/07/04/saneamento-manaus-tocantins.htm>

¹⁷ Conforme informações obtidas nas Demonstrações Financeiras da BRK (2022).

¹⁸ Conforme “Relatório de Gestão da ATS(2021)”, disponível no site do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

¹⁹ Portal G1 - Tocantins, 2019. “Estudo aponta que 70% dos tocantinenses vivem sem serviços de saneamento básico”. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/11/13/estudo-aponta-que-70percent-dos-tocantinenses-vivem-sem-servicos-de-saneamento-basico.ghtml>

atender plenamente a área por ela atendida, e ao governo estadual coube assumir os custos da universalização do serviço, com o atendimento aos municípios pequenos, considerados não lucrativos.

Outro aspecto relevante nos casos de privatização refere-se ao aumento de tarifas. No setor elétrico, na década de 1990, deu-se início à liberalização do mercado de energia no Brasil e a maioria das empresas estaduais de energia foi privatizada. Quase trinta anos depois das privatizações, a tarifa de energia elétrica no país cresceu mais de 100% acima da inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), ou seja, pagamos hoje pela energia elétrica mais do que o dobro do que pagávamos antes das privatizações²⁰.

Com a venda da Eletrobras, as tarifas no Brasil irão aumentar gradualmente com a mudança da forma de exploração da maior parte das suas usinas, do regime de cotas para o regime de produção independente. No regime de cotas, a energia das hidrelétricas é fornecida para o conjunto das distribuidoras de energia por um preço relativamente baixo, equivalente ao custo de operação e manutenção das usinas mais uma taxa de retorno. O custo é baixo porque se trata de usinas que já estão amortizadas, isto é, os investimentos já foram pagos pela sociedade. No novo regime, a energia das usinas será comercializada a preços mais elevados, definidos no mercado, beneficiando os agentes privados. Da mesma forma, no caso da Copel, o processo de transformação da estatal em corporação privada garantiu à empresa a possibilidade de vender energia mais cara, a preço de mercado, já que duas de suas usinas - que, somadas, têm 2,5 GW de potência instalada - passaram à condição de produtoras independentes²¹. O mesmo poderá ocorrer em Minas, caso a Cemig seja privatizada.

²⁰ Roberto Pereira D'Araújo (2022). "Ainda a celeuma da tarifa brasileira". <https://www.ilumina.org.br/ainda-a-celeuma-da-tarifa-brasileira/>

²¹<https://www.canalenergia.com.br/noticias/53247204/novos-contratos-de-uhes-da-copel-entram-em-consulta-publica>

Os investimentos necessários e as formas de financiamento

Um dos argumentos falaciosos em relação a uma suposta necessidade de privatizar as empresas é a falta de recursos do governo mineiro para investir nas estatais. As empresas aqui analisadas têm capacidade para investir, não dependem de aportes do governo estadual e até geram receita para o caixa do estado com o pagamento de dividendos. Nos últimos cinco anos, segundo o Portal da Governança das Empresas Estatais de Minas Gerais²², Cemig e Copasa destinaram aos cofres públicos do estado aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

Além de lucrativas, essas empresas têm capacidade financeira para obterem financiamentos de longo prazo, disponíveis para esses setores na forma de linhas de financiamento, emissão de títulos e debêntures com condições específicas para infraestrutura e/ou iniciativas sustentáveis, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal.

Os planos de investimentos apresentados pelas estatais para o período de 2023 a 2027 comprovam a sua capacidade e independência financeira em relação ao poder público estadual.

A Cemig planeja investir um total de R\$ 42,1 bilhões, sendo R\$ 18,4 bilhões no segmento de distribuição, R\$ 13,4 bilhões em geração de energia, R\$ 3,5 bilhões em transmissão, R\$ 3,2 bilhões em geração distribuída, R\$ 2,3 bilhões em gás natural e R\$ 1,4 bilhão em inovação e tecnologia.

Na Copasa, os investimentos previstos para o mesmo período, majoritariamente em água, esgoto e desenvolvimento empresarial, somam R\$ 9,5 bilhões.

Vale acrescentar que o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apresentado pelo governo federal, prevê a realização de investimentos no Brasil estimados inicialmente em R\$ 1,7 trilhão, sendo que R\$ 1,4 trilhão serão investidos entre 2023 e 2026. O eixo “Água para Todos” tem previsão de um investimento total de R\$ 30,1 bilhões, enquanto o eixo “Transição e Segurança Energética” (que contempla todo o setor de energia) prevê um

²²<http://www.fazenda.mg.gov.br/tesouro-estadual/governanca-das-estatais/portal-da-governanca-das-empresas-estatais-de-minas-geras/>

total de R\$ 540,3 bilhões²³. Esses recursos serão provenientes de fontes públicas e privadas e as empresas estatais mineiras poderão ser beneficiadas.

Os problemas que as empresas estatais enfrentam se devem à sua captura por interesses privados e não à utilização política ou à sua natureza estatal

Os defensores da privatização das empresas estatais mineiras, especialmente nos setores de energia elétrica, gás e saneamento, costumam alegar que a empresa privada é mais eficiente, tem menos restrições para a tomada de decisões gerenciais e pode oferecer um serviço de mais qualidade e com tarifas menores. A experiência internacional – que será tratada na próxima seção deste estudo - demonstra que esta é uma falsa promessa, pois o resultado das privatizações das décadas de 1980 e 1990 tem sido, frequentemente, na direção contrária, penalizando as populações e inviabilizando a adoção das políticas públicas exigidas pelos novos desafios impostos pela mudança climática. No caso brasileiro, os novos desafios ainda convivem com um velho – o da universalização do atendimento à população.

Se as privatizações passadas servem como exemplos negativos, o desempenho das estatais mineiras – Cemig (incluindo a subsidiária Gasmig) e Copasa – serve como exemplo positivo, que afirma a importância delas como impulsionadoras do desenvolvimento socioeconômico do estado. Estas empresas estatais são referências em seus setores, premiadas internacionalmente, têm capacidade para investir, podem ser ambientalmente responsáveis e comprometidas com as futuras gerações de mineiros, de todas as regiões do estado, além de serem lucrativas, inclusive aportando dividendos para o caixa estadual.

Quando essas empresas aqui analisadas são alvo de queixas, na maioria das vezes estas têm como causa a imposição de uma lógica privada ao seu funcionamento, seja pelo seu caráter de economia mista - com a presença de acionistas privados através da bolsa de valores -, seja pelo próprio modelo de regulação, especialmente no caso do setor elétrico. Esta lógica privada tem como mantra a redução de custos e tem se concretizado, ao longo dos anos, pela via do

²³ DIEESE, 2023. “Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC): A retomada dos investimentos e os possíveis impactos para o desenvolvimento brasileiro”. Nota Técnica 276, 13/09/2023.

fechamento de unidades e de agências de atendimento e pelos programas de demissão voluntária, seguidos da terceirização da mão de obra, cuja consequência é a perda da capacidade técnica das empresas e de atendimento qualificado à população. Dessa forma, o sentimento da população é de que há uma relativa precarização dos serviços.

A Copasa, com pouco mais de 10 mil empregados, terceirizou bem menos ao longo do tempo, mas recentemente tem substituído trabalhadores próprios por mão de obra terceirizada na atividade de leitura, que é justamente a atividade que promove o elo entre a empresa e os consumidores. E faz muita diferença quando os interlocutores diretos são funcionários com pouca rotatividade (maior estabilidade no emprego), qualificados, que conhecem bem a empresa e os caminhos para a resolução de problemas. Segundo o Sindágua (sindicato da categoria), as reclamações relacionadas a erros de leitura na emissão das contas de água se avolumaram após a terceirização.

Na Cemig, entretanto, a terceirização avançou de maneira avassaladora. Para isso, concorreu uma sobreposição da pressão de acionistas privados com o modelo de regulação adotado no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil, que acabou se consolidando como um simulacro de mercado concorrencial. A empresa, que já chegou a ter cerca de 20 mil trabalhadores no quadro próprio, hoje em dia possui aproximadamente cinco mil. Quase a totalidade do atendimento é hoje realizada por trabalhadores contratados por empresas terceirizadas, que pagam menores salários, qualificam menos os seus trabalhadores e convivem com maior rotatividade da mão de obra.

Outro problema enfrentado pela Cemig, recentemente, foi um elevado endividamento, que quase inviabilizou a empresa na segunda metade da década de 2010. Esse aumento do endividamento ocorreu em função da ganância de acionistas privados, que retiraram da empresa, entre 2009 e 2014, um valor superior ao lucro obtido no período, que foi de R\$ 17 bilhões. Ao mesmo tempo em que distribuía dividendos acima do lucro, a empresa aumentou a dívida - que chegou a R\$ 12,6 bilhões -, no intuito de adquirir novos ativos. A farra dos dividendos foi encerrada em 2015 e, naquele ano, a empresa voltou a praticar uma distribuição de aproximadamente 50% do lucro. Porém, a taxa básica de juros praticamente dobrou a partir de 2015, o que comprometeu a situação financeira da empresa, que se encontrava endividada, até quase o final da década. A recuperação da situação financeira da Cemig apresentou os primeiros sinais em 2017, ano em que os indicadores de liquidez, endividamento e alavancagem

iniciaram uma trajetória de melhoria, conforme informações disponíveis no Portal da Governança das Empresas Estatais de Minas Gerais²⁴.

Não há dúvida de que essa crise financeira, atualmente equacionada, foi claramente causada pela captura da empresa pelos interesses privados que a comandaram até 2014, colocando o pagamento de dividendos aos acionistas à frente do interesse público que caracteriza a atividade.

As experiências internacionais apontam para a necessidade do controle público sobre água e energia

A privatização de serviços públicos teve seu ápice nos anos 1980-90, tendo como uma das referências o governo neoliberal de Margareth Thatcher, no Reino Unido (1979-1990). Inspirada nas reformas econômicas adotadas por Augusto Pinochet, no Chile, a primeira ministra implementou um programa de desestatização da economia da Grã-Bretanha, que serviu como modelo para vários governos ao longo da década de 1990, incluindo o Brasil.

A privatização de serviços essenciais é uma política cada vez mais anacrônica, do passado, e está sendo questionada - e muitas vezes revertida - em várias partes do mundo, por não cumprir o que prometeu e ter causado danos à população.

O governo do Reino Unido privatizou o saneamento em 1989, após se desfazer de ativos e deixar o serviço público à míngua, ao longo dos anos 1980. Trinta e três anos depois, no final de 2022, o jornal inglês The Guardian publicou uma matéria informando que a poluição grave, os serviços deficientes e a má gestão financeira passaram a ser a regra na prestação de serviços de água e esgoto da Inglaterra e do País de Gales. A Autoridade Reguladora dos Serviços de Água (*Ofwat*) emitiu um alerta, em 2022, em função do alto nível de poluição das águas e da baixa qualidade dos serviços de tratamento e distribuição por parte das empresas privadas. Segundo a matéria, enquanto acionistas das empresas recebem dividendos abundantes, a

²⁴<http://www.fazenda.mg.gov.br/tesouro-estadual/governanca-das-estatais/portal-da-governanca-das-empresas-estatais-de-minas-geras/>

população é obrigada a conviver com água poluída nas torneiras e inundação de esgoto nas casas²⁵.

No setor elétrico, vale salientar que quase todos os países que têm uma parte relevante de sua energia proveniente de hidrelétricas possuem o controle estatal sobre as usinas, inclusive os Estados Unidos, Canadá, Índia, França e Noruega. Isso não é uma coincidência e nem obra do acaso; é, na verdade, um reconhecimento do caráter estratégico e de soberania energética das usinas hidrelétricas para um país. Essa importância é muito maior hoje em dia, em função dos desafios da atualidade e para o futuro do planeta. Entre os grandes produtores mundiais de eletricidade a partir da água, apenas o Brasil, lamentavelmente, abriu mão do controle estatal, com a privatização da Eletrobras, o que torna a Cemig um bem ainda mais precioso para o estado de Minas Gerais.

Também exemplar é o processo de reestatização total da gigante francesa *Électricité de France* (EDF), concluído no primeiro semestre de 2023. O governo francês já detinha 84% do controle da empresa, mas mesmo assim comprou o restante das ações, retirando-a da bolsa de valores, como forma de engajar a sociedade francesa no esforço da transição energética e no enfrentamento da crise climática, bem como fornecer energia barata, diante do encarecimento do gás proveniente da Rússia. Constatou-se que esses objetivos estratégicos para a sociedade não eram compatíveis com a lógica da obtenção do lucro nesse setor.

O *Transnational Institute* (TNI) disponibiliza informações atualizadas sobre casos de reestatização de empresas que foram privatizadas, ou de criação de novas empresas estatais, em nível municipal, que têm ocorrido em várias partes do mundo²⁶. Do ano 2000 até fevereiro de 2023, foram detectados 1.657 casos de reestatização, em 73 países.

No setor elétrico - incluindo o gás -, ocorreram 381 casos de reestatização. Entre as motivações para o retorno dos serviços para o poder público, as mais citadas foram a necessidade de implementar políticas públicas relacionadas à transição energética, ou a falta de controle público. Os custos elevados do serviço privado e a baixa qualidade, ou deficiências no fornecimento, também foram causas importantes.

²⁵ The Guardian. "Poor performance now 'the norm' for some water firms, warns Ofwat". 08/12/2022. <https://www.theguardian.com/environment/2022/dec/08/poor-performance-now-the-norm-for-some-uk-water-firms-warns-ofwat>

²⁶<https://publicfutures.org/en/cases>

No setor de saneamento, foram registrados 370 casos de reestatização, motivados principalmente pelos custos elevados dos serviços privados, pela baixa qualidade ou deficiências no fornecimento, pela falta de controle público e por falta de investimentos.

O que se observa pela experiência internacional, portanto, é que o discurso da privatização parece estar “na contramão do mundo”.

Conclusão

As empresas estatais Cemig, Gasmig e Copasa desempenham um papel essencial para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado de Minas Gerais. Diante das disparidades presentes no território mineiro, a permanência delas como empresas estatais, dirigidas pelo interesse público, é fundamental para o atendimento das necessidades atuais e futuras de todas as regiões do estado. A lógica do setor privado é orientada apenas pela busca de lucro imediato, o que é incompatível com o interesse público e com a visão estratégica de longo prazo, que deve nortear a condução destas empresas.

A experiência internacional não pode ser desconsiderada, uma vez que há um nítido movimento de reestatização de empresas que foram privatizadas nas décadas de 1980 e 1990, assim como de criação de novas empresas estatais. Fica cada vez mais patente que esses setores essenciais e estratégicos, sob a lógica do setor privado, não atendem aos interesses da sociedade.

As estatais mineiras em questão são empresas sólidas e lucrativas, internacionalmente reconhecidas em sua área de atuação. Não dependem de aportes de recursos do tesouro estadual e, ao contrário, contribuem com o caixa do governo, através do pagamento de dividendos. Elas possuem ótima reputação no mercado de capitais e, com isso, têm capacidade para obterem recursos para os investimentos necessários.

A condição estatal das empresas aqui analisadas é determinante para seu sucesso incontestável e não coloca restrições para o desempenho que se espera delas. O que se deve evitar é a eventual captura das estatais por interesses privados, que prejudicam as empresas e a

população. Nesse sentido, a sociedade mineira deve estar atenta e discutir, ao invés da privatização das estatais, mecanismos para ampliar o controle público do seu patrimônio e aprofundar a vocação também pública de sua atuação.

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar

CEP 05001-900 São Paulo, SP

Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394

E-mail: en@dieese.org.br

www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Diretor Executivo – Carlos Andreu Ortiz

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

Victor Pagani – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Técnico responsável pela publicação

Carlos Wagner Costa Machado

Revisão

Carlindo Rodrigues de Oliveira